



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª
(VIGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 24 DE MARÇO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência vai suspender os trabalhos, apesar do *quorum*, uma vez que os Líderes se encontram em discussão no Colégio de Líderes. Então, está suspenso o início dos trabalhos propriamente dito. Aguardamos a conclusão dos trabalhos do Colégio de Líderes.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h57min, a sessão é reaberta às 16h30min.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Partido dos Trabalhadores. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aqui desta tribuna no dia de hoje, terça-feira, eu trago um fato realmente gravíssimo. É a questão da paralização da construção das creches, que são os centros de ensino infantil do Distrito Federal.

Eu tenho aqui uma relação de obras, como, por exemplo, o Centro de Ensino Infantil de São Sebastião, que foi concluído em janeiro. O de Santa Maria, também em janeiro. O de Samambaia, em janeiro também. Aí, há mais 19 centros de ensino infantil, todos com as obras paralisadas. Todos com as obras paralisadas – eu vou divulgar a relação completa – por pura incompetência do pessoal que está na direção da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Deputada Luzia de Paula, que é uma companheira reconhecidamente defensora das creches, dá pena o que está acontecendo com relação à construção do Centro de Ensino Infantil. Eu e V.Exa. participamos de algumas inaugurações. Nós vimos a qualidade das obras, mas o problema é que a turma que está lá na Secretaria de Educação, ao assumir, desmontou o setor que cuidava disso, que era de funcionários de carreira, engenheiros e arquitetos da Secretaria de Educação do Distrito Federal. À medida que eles desmontaram o acompanhamento das obras e não tiveram a capacidade de alimentar o sistema do SNDE para que este entregue – porque o SNDE repassa o recurso e paga de acordo com o andamento da obra –, o SNDE não tem como repassar os recursos. À medida que ele não repassa os recursos, o Distrito Federal não recebe e as obras são paralisadas. Ainda tem a contrapartida do Distrito Federal, que é a Fonte 100. Também não estão pagando.

Portanto, é grave, Deputado Wasny de Roure. Eu tenho alertado aqui o Governador Rodrigo Rollemberg. Ele é uma pessoa bem intencionada. Acredito que ele está sendo mal informado. Na verdade, essa turma que está na Secretaria de Educação do Distrito Federal não dá conta de tocar uma estrutura tão importante.

Como se não bastasse, há outra situação grave. Sabemos o quanto foi importante a criação do Cartão Material Escolar: um cartão do BRB que o pai ou a mãe de família vai a uma loja credenciada, compra o material didático, passa o cartão, e o governo paga. O valor era de R\$380,00 por criança. O governo do Distrito Federal, primeiro, ameaçou acabar com ele; estava fazendo uma licitação para comprar e voltar aqueles *kits* horrorosos, horrendos. Depois, com a grita geral da população, o Governador voltou atrás e reduziu o valor dele para R\$80,00. Agora, estou aqui, em mãos, com o ofício circular assinado pelo Sr. Júlio Gregório Filho, Secretário de Educação, dizendo que não irá pagar, dizendo que o cartão material escolar deixou de existir.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

Quem mora em cidade como Ceilândia, onde moro, tem visto constantemente os carros de sons nas ruas dizendo para procurar as lojas credenciadas. As mães estavam esperando por esse atendimento. V.Exa., Deputada Luzia de Paula, sabe que no P Norte, assim como no P Sul, onde moro, passa constantemente os carinhas avisando. Agora, Deputado Agaciel Maia, acabaram também com o cartão material escolar. Com esse Secretário de Educação, com essa cúpula que colocou na secretaria, o Governador Rollemberg não precisa de inimigos, porque esses já fazem o bastante, Deputada Telma Rufino, para o desgaste do Governador. É muito ruim mexer com crianças, com os interesses de pessoas mais pobres. Portanto, essa é uma questão fundamental que precisa ser reestabelecida imediatamente. Apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg para que S.Exa. determine a volta do cartão material escolar, como também o núcleo que cuidava do acompanhamento dos centros de ensino infantil que era composto por arquitetos e engenheiros do quadro da Secretaria de Educação, pessoas da mais alta qualidade.

Por último, Sr. Presidente, quero me dirigir aos funcionários que estão aqui e que já poderiam ser policiais civis do Distrito Federal se não fosse a morosidade e a preguiça do governo. Eu quero dizer que o nível de aposentadorias, hoje, na segurança pública do Distrito Federal, delegados e agentes, está em um ritmo frenético. Cada um que se aposenta torna o atendimento mais precário ainda na segurança pública do Distrito Federal. Não adianta ficar dizendo que caiu a criminalidade em janeiro, porque nesse mês até os bandidos estão fora do Distrito Federal. Saíram para procurar outros cantos para roubar, mas agora estão voltando. Portanto, devem chamar esses meninos e meninas que estão aqui – tenho liberdade de chamá-los assim, porque a maioria tem idade para ser meus filhos –, sei da competência deles, porque passaram por um dos concursos mais difíceis do Distrito Federal. Assim, apelo ao Governador que cumpra o escalonamento e determine a contratação imediata para que vocês possam ajudar a preservar a segurança dos homens e mulheres de bem, dos trabalhadores do Distrito Federal. Um abraço a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Aproveito as palavras de S.Exa. para cumprimentá-los e dizer que vocês são bem-vindos à nossa Casa. Contem com a nossa solidariedade. Esperamos que o Governador Rodrigo Rollemberg os nomeie de imediato.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero ressaltar o sucesso que tem o Refis, uma oportunidade que a Câmara Legislativa construiu junto com o governo para que todas as pessoas que têm dívidas com o Governo do Distrito Federal – não só as que estão na dívida ativa, mas inclusive as que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

atrasaram uma prestação no mês de dezembro de 2014 – possam ir ao Centro de Convenções através de uma participação com o Conselho Nacional de Justiça, chegar lá, fazer o pagamento de 50% até 99% da sua dívida e já sair com a certidão negativa.

Foi bom para a população porque deu oportunidade a quem, por um motivo financeiro – porque estava temporariamente desempregado ou tinha feito um gasto de saúde –, não pôde pagar o IPVA do carro ou o IPTU da residência, que estariam sujeitos a juros até de 99%, pudesse ir ao Centro de Convenções pagá-los ao preço da época sem multa, ou com desconto de 99%, se for à vista. Foi bom para a população – a participação está maciça – e foi bom para o governo, porque está arrecadando mais, possibilitando inclusive fazer a contratação desses concursados que estão fazendo peregrinação há muito tempo.

Eu e o Deputado Wasny de Roure estivemos no ano passado com o Governador, com vocês. Estou como Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e qualquer matéria que venha dar um parecer favorável à contratação de vocês no que diz respeito a remanejamento de despesa, podem contar com o Deputado Agaciel Maia.

É importante, Deputada Luzia de Paula, dizer que o governo, ao criar o Refis, está criando mecanismos de obtenção de recursos sem necessariamente ter que aumentar impostos. No Distrito Federal, mesmo com essa crise financeira, Deputado Wasny de Roure – V.Exa. é economista renomado, professor de todos nós – ainda existe, Deputado Ricardo Vale, a possibilidade de financiamento junto a organismos internacionais, até mesmo ao BNDES, que faça frente ao aspecto financeiro e o coloque em dia, saneando as dívidas do Distrito Federal.

A exemplo do Refis, existe uma série de outras iniciativas. Nós sabemos que há grande evasão, temos uma dívida, dos maiores fornecedores, de 16 bilhões de reais que podem ser cobrados, para que não haja necessidade de o governo atribuir aumento de taxas ou impostos, penalizando a população. Na realidade, precisamos é receber dos malandros que estão dando golpe no governo e não estão pagando seus impostos.

Eu gostaria de ocupar a tribuna nesta tarde apenas para fazer destaque a essa iniciativa exitosa de que todos nós participamos. Eu fui relator na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e também em plenário do Refis, que está possibilitando ajudar a população e o governo. Ou seja, quando é bom para a população e para o governo, é bom para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Democrático Trabalhista Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Um especial boa-tarde a todos os nossos companheiros da Polícia Civil, futuros colegas. (Palmas.)

Sr. Presidente, hoje cedo recebi a comissão, eu diria, desses heróis e heroínas. Eu acho que o estágio probatório deles está sendo feito agora, durante esse período. Uma coisa que o policial tem que ter é preparo psicológico, e a paciência que esses meninos e meninas, carinhosamente falando, têm tido é demais.

Essa enrolação dos governos com esse pessoal traz um prejuízo direto à população do Distrito Federal. A criminalidade está crescendo porque não temos órgãos repressores eficientes por falta de pessoal. Competência não falta, o que falta hoje é material humano suficiente para enfrentar a criminalidade. Nós temos que ter seriedade.

Eu sou testemunha da *via crucis* desses candidatos, há tanto tempo tentando garantir o sagrado direito de serem empossados naquele concurso em que foram aprovados, para o bem de Brasília. Não é para fazer favor a eles, não, porque essas pessoas terão como instrumento de trabalho a própria vida. O instrumento de trabalho de um policial é a vida. Muitos de vocês sairão, e infelizmente não voltarão para casa, como nós já vimos muitos. Eu, infelizmente, vi um colega morrer a três metros, trabalhando. É assim que funciona a polícia. Então, o favor está sendo feito à sociedade. É a sociedade que esses homens e mulheres querem proteger, e hoje eles conseguem.

Eu diria que o Governo Rollemberg tem a grande oportunidade de fazer justiça. Olhem o documento: os primeiros serão nomeados em maio, cinquenta policiais. Isso aí não resolve, não é nem um quarto da minha turma, que vai se aposentar este ano. Para vocês terem ideia – isso é dado numérico, estatístico –, nós somos 220 da turma de 1990, e a grande maioria se aposentará. Cinquenta não é nem um quarto disso. Nem um quarto!

É necessário que o Governo do Distrito Federal, depois de uma verdadeira demonstração de responsabilidade do Diretor da Polícia Civil, Dr. Eric Seba – estive com ele hoje –, e compromisso que tem de convocar os senhores e as senhoras, agora a bola está com o Governador Rollemberg. Esta quantidade aqui, eu sinceramente até disse para alguns que foi pouco demais. Foi pouco demais! (Palmas.) A gente começa a contratar de cinquenta em cinquenta, até dezembro. Então, nós temos possibilidades.

Mais uma vez vou deixar bem claro aqui: a Lei de Responsabilidade Fiscal não alcança os policiais civis do Distrito Federal. Nós somos mantidos e organizados pela União, e quem nos rege financeiramente é a Lei nº 10.633, que criou o Fundo Constitucional. Então, desde 2003 a Fonte 100 não compra um parafuso para a Polícia Civil. Todo esse dinheiro virá da União, virá do Fundo Constitucional do DF.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Portanto, recurso para contratar existe. O que falta é boa vontade, o que falta é compromisso. Para concluir, Sr. Presidente, o que falta é compromisso. (Palmas.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Deputado Wellington Luiz, primeiro quero parabenizar V.Exa. por essa defesa. Eu quero corroborar com V.Exa. dizendo o seguinte: a Lei de Responsabilidade Fiscal não impede a contratação imediata dos policiais civis que passaram no concurso público do Distrito Federal. E ainda digo mais, Deputado Wellington Luiz: o Distrito Federal precisa desses agentes. Diversas vezes nós viemos ao plenário dizer que o Governo do Distrito Federal, que o Distrito Federal precisa desses agentes para melhorar a segurança pública.

V.Exa. é policial civil, foi presidente do sindicato e brilhantemente defende essa nomeação. Eu gostaria de propor a V.Exa. – se o fizer, terá a minha assinatura – que encaminhemos uma moção pedindo ao Governador a imediata nomeação dos policiais que passaram no concurso público. Não precisa de cronograma.

O Orçamento da União foi aprovado na semana passada já com a previsão, Deputado Wellington Luiz, da contratação de mais de 700 policiais. Foi aprovado no Orçamento Geral da União esse incremento.

Então, nós precisamos, sim, pedir ao Governador do Distrito Federal, ao Secretário de Gestão Administrativa e Desburocratização e ao Diretor da Polícia Civil – aliás, ele tem sido muito solícito, inclusive deu um parecer favorável à nomeação dos policiais, por isso quero parabenizar o Dr. Eric Seba, que tem brilhantemente exercido a sua função – e ao Secretário de Segurança que, na semana que vem, nomeie todos os policiais que passaram no concurso público. Esse ato vai melhorar a segurança pública no Distrito Federal.

Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu quero cumprimentar V.Exa. e os servidores concursados.

Deputado Rodrigo Delmasso, primeiramente é extremamente importante destacar que se trata de um concurso extremamente difícil. Aqueles que foram aprovados é porque passaram por sérios e criteriosos procedimentos seletivos, além



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

de observarem as cotas de deficientes. Portanto, esse é um concurso extremamente seletivo.

Em segundo lugar, a Polícia Civil no Distrito Federal vive um quadro de extrema emergência. As necessidades da corporação e o pleno funcionamento da instituição V.Exa. conhece por ser servidor de carreira da Polícia Civil. Estou falando com uma pessoa que conhece.

Deputado, com todo o respeito ao que foi sugerido e que deve ser feito – eu apenas quero colaborar e me colocar à disposição e V.Exa. sabe do respeito que nutro pela sua liderança dentro da corporação –, eu gostaria de propor que nós levássemos uma manifestação dos Deputados ao Ministério do Planejamento. Por quê? Explico. V.Exa. sabe que o concurso público no Distrito Federal para os quadros da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros se dá por uma autorização do Congresso Nacional. Essa autorização é associada a exigências previamente estabelecidas do ponto de vista das necessidades de segurança da população. Há algo extremamente precioso: essa é uma nomeação que tem cobertura não do Tesouro do Distrito Federal, e sim do Tesouro da União através do Fundo Constitucional do Distrito Federal. Essa cobertura, diga-se de passagem, segundo a recente decisão tomada pelo Governo Federal, é direta. Os recursos que se destinam ao pagamento da área da educação e da saúde devem ser transferidos para o Governo do Distrito Federal para que este faça o pagamento. Os servidores da segurança pública são pagos pela própria União, ainda que os recursos sejam do Fundo Constitucional. Portanto, é extremamente importante termos o encontro no Ministério do Planejamento, levando essas preocupações que a Câmara Legislativa como um todo tem com relação à contratação. É bem verdade que esse número já ultrapassa a previsão estabelecida, mas ultrapassa dentro daqueles que já fizeram a academia e as exigências necessárias.

O colega até já falou sobre essa questão da aposentadoria, que é também de domínio de V.Exa. No ano passado, em particular, com a decisão de as mulheres se aposentarem com tempo menor, foi ampliada a perda de servidores na carreira da segurança pública, sobretudo na Polícia Civil.

Portanto, eu quero endossar a palavra de V.Exa. e incorporar-me a V.Exa. para que a gente faça um ofício em conjunto com a sua assessoria, que detém amplo domínio do assunto. Dessa forma, podemos, junto com outros Deputados, ir ao Ministério do Planejamento levar esse debate. Eu acho que eles ajudariam muito a influenciar a decisão do Governador Rodrigo Rollemberg.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O Deputado Wasny de Roure sempre nos ajudou, sempre foi um aliado nosso. A gente agradece.

Uma coisa tem que se destacar, Deputado, V.Exa. falou da necessidade. Recentemente, Sr. Presidente, eu estava almoçando com o Diretor da Polícia Civil e aconteceu um fato bem interessante, que, eu diria, foi a demonstração de que nós



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

chegamos ao caos. Um policial ligou pra gente – eu estava com o ex-Presidente do Sindicato – e informou que estava ocorrendo um assalto próximo à 5ª Delegacia de Polícia, só tinham dois policiais no plantão e a vítima tinha reconhecido os assaltantes. Ele teve que ligar para o Diretor da Polícia para perguntar se ia atrás do bandido ou se mantinha a delegacia aberta porque os dois policiais que lá estavam tinham que decidir.

Na Capital da República, no centro de Brasília, nós tivemos que fechar a delegacia para prender os bandidos que tinham assaltado uma senhora. Essa é uma demonstração clara do caos a que nós chegamos. Não tem justificativa para isso. Em que pese o que foi dito pelo Deputado Wasny de Roure, temos de considerar o que foi bem lembrado pelo Deputado Rodrigo Delmasso: a contratação, a bem da verdade, teria que ser de todos imediatamente porque esses 590 não substituem nem aqueles que estão se aposentando e os que foram embora porque não aguentaram a jornada de trabalho escravizadora que existe hoje na Polícia Civil do Distrito Federal.

Então, quero parabenizar vocês pela luta, pelo empenho e dizer que vocês não vão ter vida fácil, não. Da forma como os governos têm tratado a Polícia Civil, o resultado é esse: aumento de violência. Não se faz segurança sem policiais e temos que ter responsabilidade.

Conto com o Governo do Distrito Federal, com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg para que, com muita responsabilidade, no mínimo, atenda o que está neste acordo, em que vocês tiveram muita responsabilidade tentando achar uma saída. Agora, que dá para contratar todo mundo de uma vez, disso eu não tenho dúvida. Que dá, dá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a todos. Quero cumprimentar os nossos guerreiros da polícia que passaram no concurso e agora precisam dessas nomeações. É uma luta justa e Brasília precisa disso. Parabéns pela briga de vocês.

Neste final de semana, nós vivenciamos o Dia Mundial da Água, e eu me posicionei dizendo que nós não temos nenhuma comemoração a fazer.

A crise hídrica que assolou o País é fruto da má gestão dos nossos recursos hídricos. O Brasil consome quase duas vezes mais a quantidade de água recomendada pela Organização Mundial da Saúde. Ou seja, essa nossa riqueza, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

hoje é uma bênção para o nosso país tem se tornado um problema sério para nós. E, até 2013, espera-se que o País já vivencie uma aguda crise hídrica. Hoje, o que estamos vivenciando é uma pálida demonstração do que vamos viver no futuro bem próximo. O Estado do Goiás tem cerca de 17 milhões de litros de água potável para cada habitante. O Distrito Federal, para cada habitante, tem 1,7 milhão de litros de água. Um milhão e setecentos mil litros de água parece muito, Deputado Prof. Reginaldo Veras, mas é muito pouco em relação ao nosso vizinho, Goiás. E, em termos de Brasil, o Distrito Federal, mesmo sendo abastecido por Corumbá, tem a menor disponibilidade de água. Mesmo diante dos estados nordestinos mais secos de todo o País, o Distrito Federal tem a menor disponibilidade de água.

Hoje, temos entrega de água potável em praticamente 100% das casas do Distrito Federal. E, hoje, temos um grande desperdício. Mas o que mais prejudica a situação da água no Distrito Federal é que 40% da nossa cidade ainda não tem coleta de esgoto. Embora tenhamos uma boa distribuição de água, nós não temos uma coleta de esgoto em toda a cidade. E isso tem gerado a contaminação do nosso lençol freático.

Para piorar, nós estamos colocando o direito à moradia como se fosse superior ao direito de tomarmos água. A leniência dos governos, a falta de fiscalização permitiu a ocupação de terrenos de nascentes de água. E isso tem prejudicado profundamente a nossa cidade. É certo que o direito à moradia é considerado um direito fundamental. Também o direito ao saneamento é um direito humano fundamental de segunda geração, e o direito ao acesso a água é um direito humano fundamental. Agora, o direito de um milhão de pessoas de morarem não pode, como ocorre no caso de São Paulo, subverter o direito de vinte milhões de pessoas de tomarem água, que é um direito por princípio, pela sobrevivência humana. E nós precisamos tomar conta dessa situação, porque o caso do Distrito Federal já é um caso gritante.

A crise hídrica no Brasil tem diversas motivações. Mas, hoje, quero pontuar que já há estudos que demonstram que, nesse andar da carruagem, Brasília vai viver uma crise hídrica parecida com a atual crise de São Paulo já em 2018, portanto 12 anos antes da crise hídrica que vai assolar o Brasil caso a carruagem continue a andar desse jeito. Isso quer dizer que, nas próximas eleições, o debate será sobre a crise hídrica em Brasília. Estamos falando de 2018, daqui a pouco.

Então, quero chamar atenção para essa lástima e quero expressar a minha tristeza por saber que o País, que detém 13% da água potável do planeta, não tem o que comemorar no Dia Mundial da Água.

Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Prof. Israel, muito obrigado.

Passa-se aos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Comunicados de Parlamentares.

O Deputado Wasny de Roure tem de ir a uma audiência no Ministério e precisa falar antes dos demais Parlamentares. Espero a aquiescência dos nobres Deputados para que isso possa acontecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu agradeço a compreensão de V.Exa. e dos colegas, tendo em vista que, logo em seguida, eu terei uma audiência com o Ministro do Trabalho para discutir o processo de legalização de sindicato de professores e estabelecimentos que se encontra em curso naquele ministério.

Minha solidariedade aos concursados da Polícia Civil. Quero destacar, na pessoa do Diogo, a dedicação, a garra, a competência e a desenvoltura de todo esse conjunto de servidores da Polícia Civil. Temos convicção de que serão chamados. Eles conquistaram esse direito nas provas. Tenho absoluta convicção de que o Governador Rollemberg terá sensibilidade e cuidado com a coisa pública, em particular a segurança, para convocá-los o mais rapidamente possível. Até porque quem indica uma pessoa da envergadura do Dr. Eric para dirigir a Polícia Civil é porque tem noção da magnitude da responsabilidade.

Sr. Presidente, eu havia pedido para fazer essa intervenção nesta tarde, Deputada Luzia de Paula, porque, como foi noticiado pelos meios de comunicação no dia de hoje, ontem a Procuradoria do Distrito Federal apresentou a argumentação, Deputado Ricardo Vale, do entendimento do governo sobre a arguição do Ministério Público sobre a ilegalidade de 33 projetos de lei votados nesta Casa que reestruturaram várias carreiras, alegando falta de previsibilidade na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.

Sr. Presidente, V.Exa. é um advogado. Permita-me apenas ler a conclusão do entendimento do parecer da Procuradoria, que representa os interesses do Distrito Federal. Vejam bem: “Tendo em vista os argumentos arrolados, propugna-se preliminarmente pela convocação de audiência pública nos termos do artigo 9 da Lei Federal nº 9.868, de 1999, visto que tal medida emprestará maior legitimidade democrática à decisão que será tomada.” Esta é a recomendação que a Procuradoria propôs: audiência pública. E não existe outro local melhor do que a própria Câmara Legislativa.

Segundo parágrafo da conclusão: “Caso assim não se entenda, requer-se que a Corte julgue improcedente o pedido formulado na inicial” – a inicial é a do Ministério Público – “considerando constitucionais as leis apontadas na inicial, determinando a correta interpretação dos preceitos da Lei Orgânica do Distrito Federal apontados como violados. Numa eventual declaração de inconstitucionalidade, requer-se a modulação dos efeitos da decisão na forma do artigo 27 da Lei federal nº 9.868, de 1999, para que seus termos somente venham a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

surtir efeitos a partir da data do julgamento da ação, tendo em vista que os aumentos a serem implementados estão previstos para o final do presente exercício financeiro. Protesta-se pela produção de prova pericial na forma do artigo 9, § 1º, da Lei nº 9.868, de 1999, caso se entenda que haja necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato para fins de modulação de efeitos de uma eventual decisão pela procedência dos pedidos constantes da inicial.

11 de março de 2015.

Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg.

Procuradora-Geral Adjunta, Tatiana Muniz Silva Alves.

Procurador do Distrito Federal, Léo Ferreira Leony.”

Eu quero, Sr. Presidente, destacar ainda a defesa feita pela Procuradoria Geral da Câmara Legislativa, sobretudo a nossa Presidenta, Deputada Celina Leão, que assina a peça, a Procuradora-Geral, Dra. Ana Carolina, como também o Dr. Luis Eduardo Toniol.

Sr. Presidente, veja bem a argumentação da Casa, muito bem fundamentada, na qual ela resgata uma representação de 1998, pelo Ministério Público, que depois tornou-se a ADIn 1.585, que trata da ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica, não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo apenas a sua aplicação naquele exercício. Diz, Sr. Presidente: “Ora, manifesta-se eloquente a incongruência do pedido, ou se requer a inconstitucionalidade com efeito *ex tunc*, o que afetaria o inteiro teor das normas questionadas, inclusive as parcelas já pagas nos exercícios de 2013 e 2014, ou se requer a declaração modulada, de forma que eventual julgamento pela procedência abarque apenas e tão somente as parcelas a serem pagas no exercício de 2015.”

Ainda assim, Sr. Presidente, a hipótese em testilha é diversa, porquanto, consoante exaustivamente debatida, registrou-se prévia e específica autorização para a concessão do reajustamento na LDO de 2013, bem como suficiente dotação de recursos orçamentários nas leis orçamentárias específicas de cada exercício financeiro em que seria realizada a parcela de reajustamento concedido.

Aí, a nossa Procuradoria aqui diz que não cabe imputar ao servidor público distrital o ônus da eventual correção dos rumos, em face da pretensão de descontrole.

Sr. Presidente, esta é uma peça que todos os colegas Deputados deveriam ler, como também a peça da Procuradoria. Tenho o maior respeito pelo Ministério Público. Quero registrar isso, Sr. Presidente.

Todos aqui votaram recentemente uma emenda nossa que colocou o Ministério Público acessando o Siggo – Sistema Integrado de Gestão Governamental,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

que é o sistema de execução do Orçamento do Distrito Federal. Entendo a relevância de uma sociedade democrática do Ministério Público, mas, neste momento, uma lei, aprovada em 2013, de reestruturação de carreiras é um prejuízo e leva a uma conturbação na vida da nossa sociedade.

Ainda que o parecer da Procuradoria possa ser, de certa forma, um pouco lacônico, ele direciona a defesa do Governo do Distrito Federal em prol das proposições votadas nesta Casa. Essa é uma afirmação do valor desta Casa em detrimento da importância que os servidores públicos têm.

Sr. Presidente, estou concluindo. Sei que estou exorbitando do meu tempo. Peço desculpas a V.Exa.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Ministério Público, no diálogo, argumentou conosco que algumas das leis foram votadas de maneira açodada, nesta Casa. Ora, Sr. Presidente, estávamos no final de 2013. É verdade que alguns projetos foram votados diretamente no plenário, porque assim as comissões entenderam, pela dificuldade de quórum que estava havendo naquela ocasião. Isso não deve servir de pretexto para prejudicar 33 proposições, em detrimento de três ou quatro. Isso é uma afronta a uma conquista que os servidores públicos tiveram a partir da importância que representa as reestruturações. Além disso, tivemos quase 36 mil convocações de servidores.

Portanto, espero que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que nas próximas semanas deve julgar essa petição do Ministério Público, acolha as argumentações tanto da Procuradoria desta Casa, quanto da Procuradoria do Governo do Distrito Federal, que tem absoluto controle do orçamento e das condições financeiras do Distrito Federal, para fazer frente àquilo que são as atribuições delegadas nessas proposições.

Meus cumprimentos a essas duas instituições, que tiveram a grandeza... Eu espero que a imprensa do Distrito Federal dê o mesmo espaço, as mesmas linhas, as mesmas manchetes que deu quando tentaram sacar contra esta instituição a notícia de que votou matéria sem estar devidamente instruída. Espero que a imprensa dê o devido aprofundamento a esse debate, assim sustentado por outras casas que analisam a ordem jurídica do nosso país.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a um assunto que tenho trazido constantemente a esta Casa: a operação desastrada, criminosa do cartel dos combustíveis no Distrito Federal.

O *G1*, jornal eletrônico do Sistema Globo de Televisão, traz uma matéria importantíssima hoje. Ele dá conta de que, segundo o Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, o preço médio da gasolina está acima do de estados como Goiás, Roraima e Rondônia.

Já estive em Roraima; trabalhei na construção civil de lá. Pergunto: o que leva Roraima a ter uma gasolina mais barata do que no Distrito Federal? O que leva Rondônia, que está coberto de água – a gasolina lá chega de balsa –, a ter uma gasolina mais barata do que o Distrito Federal? Por que o Distrito Federal, que tem a maior galonagem – é aqui onde mais se vende gasolina –, a maior lucratividade, é o terceiro estado da federação com o maior índice de preços? Se não é ganância, se não é ação do cartel...

Todos estão lembrados aqui do meu projeto que abala um pouco esse cartel, porque abre a possibilidade de supermercados terem posto de gasolina. É o que há em Goiânia, em Juiz de Fora, em Belo Horizonte, em São Paulo e em todos os estados, para que haja competitividade.

Quando discutimos o preço e apresentamos o projeto, houve 23 votos no primeiro turno. No segundo turno, precisávamos de treze votos, mas só alcançamos dez. Eu reapresentei o projeto, e ele está pronto para ser votado nesta Casa. São necessários 13 votos favoráveis, 13 votos, a metade mais um nesta Casa, para fazermos com que a população do Distrito Federal se livre dessa maldição, desse cartel maldito, Deputado Juarezão.

Cada R\$ 0,01 (um centavo) a mais no preço da gasolina em Brasília, Deputado Ricardo Vale e Deputado Rodrigo Delmasso, corresponde a mais de um milhão de reais. Portanto, um verdadeiro crime que é praticado contra a população do Distrito Federal.

Lá no Maranhão, onde eles tentaram cartelizar também, Deputado Wellington Luiz, o Ministério Público do Maranhão entrou com uma ação, e imediatamente – em uma semana – eles reduziram o preço. Hoje o valor é de R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos) nos postos lá dos confins do Estado do Maranhão. O salário é praticamente o mesmo, os uniformes são os mesmos.

Nós precisamos que esta Casa demonstre que está ao lado do povo e vote o meu projeto.

Em um jornal daqui dessa cidade, que não é o *Correio Braziliense*, cada vez que falo em preço de gasolina, eles encontram uma maneira de me dar uma cacetada. Mas, como eu sou do interior do Brasil, como eu não tenho medo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

absolutamente de nada, como eu sempre me posicionei ao lado da população, vou pedir que seja colocado novamente em pauta, Deputado Dr. Michel, o meu projeto.

Esta Casa hoje tem uma nova composição, com Deputados eleitos que eu sinto – porque eu tenho conversado com V.Exas. – que estão efetivamente a serviço da população, e não de um cartel. Mas na hora, Deputada Telma Rufino, em que colocarmos o projeto em votação, V.Exa. vai ver os operadores do cartel, de gabinete em gabinete, conversando com V.Exas., pedindo para não votarmos e dizendo que eu quero quebrar o mercado.

Tudo isso é falácia, é mentira! O que eu quero é diminuir essa margem absurda de lucro. Isso é crime, Deputado Prof. Reginaldo Veras. O que se pratica no Distrito Federal é atitude criminosa. O cartel no Distrito Federal é uma organização criminosa que precisa ser punida.

Portanto, eu vou pedir à nossa Presidenta Celina Leão que pauta novamente o meu projeto e espero contar com 13 votos de homens e mulheres desta Casa que não irão se curvar aos interesses de um cartel tão maléfico à população do Distrito Federal, de uma organização criminosa como o cartel dos combustíveis.

Faço um apelo ao Procurador-Geral, Dr. Leonardo Bessa, que operou ação na época em que era da divisão de defesa do consumidor do Ministério Público, para que ele, mais uma vez, entre com uma ação para limitar o lucro absurdo que essa gente está tendo no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com base no art. 259 do Regimento Interno desta Casa, gostaria de solicitar a V.Exa. a inversão de pauta para que a gente possa votar os projetos, alguns vetos que o Governador do Distrito Federal encaminhou a esta Casa e alguns requerimentos de Parlamentares que estão na Ordem do Dia.

Solicito, também com base no art. 259, a inclusão como item extrapauta do Requerimento nº 5, aprovado hoje na Comissão de Constituição e Justiça, que diz respeito à criação de comissão especial de combate à pedofilia aqui no Distrito Federal.

Solicito ainda a retirada da votação de hoje do requerimento que cria comissão especial sobre o direito da pessoa com epilepsia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Assim, o que solicito é a inversão para que sejam votados os vetos e os requerimentos que estão na pauta; a retirada do requerimento que cria comissão especial sobre epilepsia; a inclusão na pauta da criação de comissão especial sobre o combate à pedofilia.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apelo para a sensibilidade que sempre tem conduzido os seus caminhos, para que V.Exa., por gentileza, leia uma moção que é extremamente importante para que a gente possa fazer uma audiência pública em homenagem aos autistas.

Então, peço a V.Exa. a leitura por esse competente assessor Marcelo, que da última vez foi mal interpretado por mim.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Qual é mesmo o requerimento, Deputado?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O que manifesta votos de louvor e parabeniza os profissionais e voluntários que se dedicam a conscientizar a sociedade sobre o transtorno do espectro autista.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Acatada a sua solicitação. Deputado Rodrigo Delmasso, duas solicitações foram acatadas. Mas, para inverter a pauta, preciso consultar se os Deputados abrem mão da fala. Se todos abrem mão, permaneçam como estão.

DEPUTADO DR. MICHEL – Quero falar, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Então continuamos com os Comunicados de Parlamentares, já que o Deputado Dr. Michel se manifestou.

Os demais concordam? (Pausa.)

Acatamos a questão de ordem para, logo em seguida à fala do Deputado Dr. Michel, apreciarmos os requerimentos, moções e vetos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os presentes, boa tarde aos policiais civis que se encontram nesta Casa, meus colegas de profissão. (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Sr. Presidente, hoje ocupo a tribuna para falar de dois assuntos. Vou começar pelos meus amigos policiais que ali estão. Eu acho – acho, não, tenho certeza – que já está passando da hora de fazer essa nomeação. Esses jovens que estão ali, homens e mulheres, estudaram diuturnamente para conseguirem ser aprovados no concurso, e estão agora à mingua, de pires na mão, pedindo nomeação! Isso é um absurdo, isso não pode acontecer em plena Capital da República, onde estamos necessitando de policiais. Os policiais estão prontos! O governo tem condições de nomear porque esse dinheiro não entra na LRF, esse dinheiro é do Fundo Constitucional! O que falta para nomear esse povo?

Sra. Presidenta, Sra. Presidenta, Sra. Presidente, eu queria conclamar V.Exa., uma grande Deputada, uma grande Presidenta – não canso de falar que me arrependo mil e uma vezes por não ter votado em V.Exa.; se eu soubesse que ia ser uma Presidenta tão boa, tinha traído a minha consciência, mas tinha votado em V.Exa. Peça-lhe, neste momento, que nos ajude para que o Rollemberg bote a mão na consciência, não dele, mas do pessoal que o assessora, e faça a nomeação desse povo o mais rápido possível!

Meu Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, nosso Pastor Julio, que adotou o telefone vermelho que o Deputado Chico Vigilante tinha, pegue esse telefone que V.Exa. tem e dê uma ligada.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Pegue o telefone a que só V.Exa. tem acesso e dê uma ligada para o Governador. Peça-lhe clemência com essas pessoas que estão aqui lutando por uma nomeação. Esse é o pedido que faço a V.Exa., que, como Líder, tem demonstrado – como nunca nesta Casa um jovem Deputado, em início de carreira, demonstrou – tanta proficiência.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO DR. MICHEL – Esperem aí, esperem aí, esperem aí. Deixa eu acabar de puxar o saco do homem, gente, pelo amor de Jesus! Esperem aí...

Então, V.Exa., com essa sua proficiência, com esse trabalho que vem demonstrando, tem a capacidade de sensibilizar o coração do Rollemberg, ou do Rodrigão, como podemos chama-lo, para que ele possa nomear esses lutadores que estão querendo, nada mais, nada menos, colocar as próprias vidas em risco para poderem salvar vidas.

Vocês estão de parabéns pela luta. E digo a vocês, é uma luta incansável, mas o final está bem próximo, pois vejo lista rodando por aí... Estão pedindo para nomear 50 por mês, começando em maio. Isso não é nada diante das necessidades que a Polícia Civil tem. Agora, vocês podem falar: liga!

(Manifestações da galeria.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO DR. MICHEL – Acalmou, acalmou, pessoal.

Então, Deputado Julio Cesar, quando a voz do povo quer, o Julio não pode deixar de fazer. Deputado Julio Cesar, dê uma ligadinha lá para o governador.

Eu queria ainda falar sobre outro assunto que me incomoda muito, quando eu vejo as forças de segurança entrarem em atrito.

Nós não podemos, Deputado Wellington Luiz, Deputada Celina Leão, ficar omissos diante dessa situação. Eu acho que os comandantes e os gerenciadores devem entrar no circuito para que não tenhamos uma revanche, uma guerra entre as forças do Detran e dos bombeiros.

Eu acredito que, neste momento, o secretário de segurança, que está sentando em uma cadeira, no tapete vermelho, tomando água gelada, tem que sair daquele gabinete e ir às corporações para conversar com a corporação, saber o que está acontecendo e fazer uma amistosidade entre Detran e bombeiros. O que ouvimos hoje nas ruas é que pode virar uma verdadeira guerra. Tanto o Detran, quanto os bombeiros, quanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar são essenciais para a manutenção da segurança no Distrito Federal. Se pode ou não andar armado, é outra questão, é outra situação. Se está ou não preso, isso já passou. Agora, o que não dá é deixarmos continuar a guerra entre os órgãos.

Então, eu acredito que o pessoal que está no comando, começando pelo secretário de segurança, deve sair do gabinete e procurar as corporações, fazer reuniões, para tentar amenizar a situação. Peço, encarecidamente, ao meu Líder, à minha Presidente desta Casa que não deixem as forças de segurança pública ficarem digladiando-se na parte debaixo. O comando tem que participar, e o comando desta unidade é o secretário de segurança, que tem de sair do gabinete e ir às corporações para não deixar as forças brigarem entre si.

Eram os dois comunicados que eu tinha a fazer nesse momento.

Agradeço a benevolência de V.Exa., Sr. Presidente, que, com muita maestria – espero que não tome a cadeira da nossa Presidente –, está fazendo um grande trabalho nesta tarde de hoje. Agradeço a V.Exa. por ter me deixado falar, mas, Deputado Julio Cesar, dê uma ligadinha para o povo ver, nesse telefone vermelho.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, eu queria agradecer a deferência do nosso nobre Deputado Dr. Michel. Eu o agradeço muito, é um Deputado por quem tenho muito respeito, que realmente sempre luta por causas justas, como essa da Polícia Civil do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

E digo a V.Exa. e a todos os nossos amigos que estão na galeria que, antes de descer para cá, eu já havia ligado, até porque eu estava acompanhando o comunicado que o nosso Deputado Wellington Luiz fez no início. Eu estava acompanhando a deferência do que S.Exa. falava.

Eu liguei na Polícia Civil, já obtive o memorando que foi encaminhado ao nosso governador e, de posse desse memorando, estarei indo amanhã pessoalmente falar com o governador. Amanhã, trarei aqui uma notícia para todo o pessoal da Polícia Civil. Vamos torcer para que amanhã eu realmente traga uma notícia positiva para poder dizer a todos sobre o concurso. Está bom?

Então, quero dizer que já estou com o memorando. Vamos lutar! Eu vi aqui que são só 50 policiais por mês. Acho que é totalmente possível e vamos atrás dessa solução, porque, realmente, precisamos. Brasília está precisando de polícia nas ruas. Vocês têm o compromisso deste Líder de Governo de que vamos lutar para que isso de fato e de verdade aconteça.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Julio Cesar.

Consulto os líderes para saber se há acordo para votarmos os vetos totais e parciais, conforme acordado na reunião de líderes hoje, em bloco, pelo processo nominal.

Deputado Rodrigo Delmasso?

Deputado Prof. Israel, pelo Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade?

Deputado Wellington Luiz, Líder do Bloco Democrático Trabalhista Progressista? (Pausa.) Há acordo.

Deputado Chico Vigilante? (Pausa.) Há acordo.

Deputado Agaciel Maia?

Deputada Telma Rufino?

Havendo acordo, passaremos aos itens acordados para apreciação em bloco.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 46:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.552, de 2013, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).”

Item nº 47:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.588, de 2013, do Poder Executivo, que “reestrutura a tabela de subsídios da Carreira Atividades Complementares de Segurança Pública e dá outras providências”.

Item nº 51:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei Complementar nº 81, de 2013, do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 292, de 2 de junho de 2000, que dispõe sobre condições para instituição e funcionamento de fundos, regulamentando, em parte, o §12 do art. 149 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Item nº 60:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.693, de 2013, do Poder Executivo, que “autoriza a cessão de uso do Museu da República Honestino Guimarães à União”.

Item nº 70:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.800, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).”

Item nº 72:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.849, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Anual do Distrito Federal no valor de R\$150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais).”

Item nº 75:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.701, de 2013, do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Rezzoneamento Ambiental e Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu”.

Item nº 78:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.885, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).”

Item nº 84:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.920, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$158.000.000,00”.

Item nº 98:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.911, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências”.

Item nº 103:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.846,00”.

Item nº 107:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.075, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$36.578.893,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais).”

Item nº 108:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.003, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2015”.

Item nº 85:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.925, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.776,00”.

Item nº 16:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2012, do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999, e a Lei Complementar nº 751, de 28 de dezembro de 2007, e dá outras providências”.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Solicito novamente ao Sr. Secretário que faça a leitura dos itens a serem votados em bloco, esquecendo a leitura anterior.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 70:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.800, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).”

Item nº 72:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.849, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Anual do Distrito Federal no valor de R\$150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais).”

Item nº 78:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.885, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais).”

Item nº 84:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.920, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$158.000.000,00”.

Item nº 85:

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.925, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.776,00”.

Item nº 103:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.846,00”.

Item nº 107:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.075, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$36.578.893,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais).”

Item nº 46:

Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.552, de 2013, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).”

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório dos vetos parciais, referentes aos projetos de leis, da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, trata-se do item nº 70.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Apreciação dos vetos parciais ao Projeto de Lei nº 1.800, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).”

É o seguinte o relatório ao Projeto de Lei nº 1.800, de 2014:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	23



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 - CCJ

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1800/2014, que abre crédito
suplementar à Lei Orçamentária Anual do
Distrito Federal no valor de R\$ 300.000,00
(trezentos mil reais).**

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 85/2013–GAG (fls. 697/700), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1800, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 333/438.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 16, de autoria do Deputado Chico Vigilante, da Emenda nº 11, de autoria do Deputado Olair Francisco, da Emenda nº 41, de autoria do Deputado Paulo Roriz, e da Emenda nº 184, de autoria do Deputado Wellington Luiz, foi vetado em razão da dotação indicada para cancelamento não possuir saldo suficiente.

O conteúdo da Emenda nº 58, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, foi vetado em razão da classificação programática não estar de acordo com a destinação dos programas previstos no PPA 2012/2015 (Lei nº 4.742, de 29/12/2011).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1800 / 2014
FOLHA 909 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

2

Houve veto à Emenda Aditiva nº 175, de autoria do Deputado Chico Vigilante, em razão da incompatibilidade com o Programa 6221 – Educação Básica. Por tratar de entidade assistencial não pertencente ao Complexo Administrativo do GDF, a proposta deveria ser alocada na Ação 9101 – Apoio a Entidades Sociais, no Programa 6211

A Emenda nº 75, de autoria do Deputado Joe Valle, criou um subtítulo classificado no Programa de Gestão destinado a Ações de Desenvolvimento Econômico (6001), na UO Secretaria de Educação, mas deveria ter sido classificado em uma das ações destinadas a reformas de unidades de ensino vinculadas ao Programa Temático 6221 – Educação Básica, daí a razão do veto.

O conteúdo da Emenda nº 40, de autoria do Deputado Paulo Roriz, foi vetado em razão da incompatibilidade com a programática 6008.1110, a qual se destina a obra de urbanização. Tal iniciativa deve ser classificada em uma das ações destinadas a reformas de unidades de ensino vinculadas ao Programa Temático 6221 – Educação Básica.

A Emenda nº 99, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, cujo objetivo era criar subtítulo “construção de bicicletário no Jardim Botânico”, foi vetada em razão da incompatibilidade entre o produto da Ação 4094, que é “pessoas capacitadas” e a “construção de próprios”.

A Emenda nº 103, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, cujo objetivo era criar subtítulo “manutenção do Planetário”, foi vetada por ter sido classificada na Ação 2786 – Difusão de Ciência e Tecnologia, na UO 40.101, sendo que nesta UO, está reservada para esta finalidade a Ação 2998 – manutenção do Planetário.

As Emendas nº 112 e 113, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, foram vetadas porque a indicação programática na Ação 3092 – Implantação de agenda ambiental, cujo produto é “agenda implantada”, tornou a execução das emendas inviáveis. A correta classificação seria nas Ações 4090 e 5968 respectivamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

3

Houve veto à Emenda nº 4, de autoria do Deputado Robério Negreiros, cujo objetivo era criar o subtítulo “reforma de prédios próprios”, na UO Secretaria da Criança, no programa 6003 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. Conforme o PPA vigente, o programa de gestão reservado para as unidades orçamentárias da área social é o Programa 6009.

A Emenda nº 92, de autoria do Deputado Wasny de Roure, foi vetada por estar em duplicidade com a Emenda nº 93, do mesmo autor.

As Emendas nº 153, 154, 156, 157, 167 e 177, de autoria do Deputado Wellington Luiz, foram vetadas por estarem incompatíveis com o PPA vigente.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de passar ao outro relatório, eu estava atendendo no gabinete e gostaria de solidarizar-me com os concursandos da Polícia Civil. Tive oportunidade de atendê-los em nosso gabinete e já determinei ao secretário da Comissão de Segurança, a qual presido, para que na semana que vem – peço auxílio, apoio ao Deputado Dr. Michel, que é da área de segurança, para que participe como membro titular, isso é muito importante, assim como o Deputado Wellington Luiz, que apesar de não ser membro titular, eu o convido também –, com um item na pauta, aprovemos um requerimento de convite à secretária de planejamento, ao secretário de administração e desburocratização e ao diretor-geral da Polícia Civil, para que os três coloquem as informações necessárias e expliquem a todos os concursandos as condições reais, com números. Que se faça um cronograma, mesmo na atual gestão – neste início de gestão está muito difícil a questão financeira, mas a necessidade é latente –, como todos os Parlamentares colocaram aqui. Há delegacias com falta de agentes, ou um delegado respondendo por três delegacias.

Vocês, os agentes e os escrivães, são muito importantes para que possa haver essa recomposição do quadro, pois a necessidade é real.

Reforço ao Deputado Dr. Michel e ao Deputado Wellington Luiz, que são oriundos da Polícia Civil, que possam enriquecer o debate na próxima semana. Peço que conversem na secretaria da Comissão de Segurança para ver a data específica. Eu confesso que só vou saber amanhã. Se não me engano, é terça-feira, às 14h, antes da sessão em plenário, somente a aprovação do convite. Nesse dia pode estar a comissão, mas no dia em que estiver realmente marcada a vinda dos dois secretários e do Diretor da Polícia, vocês poderão vir em massa defender os interesses de vocês e da própria sociedade.

Muito obrigado.

A seguir, vou proferir o relatório ao item nº 72: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.849, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais)”.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 148/208. Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

Para simplificar, Sr. Presidente, vou falar o número das emendas e o motivo resumido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 – CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1849/2014, que *abre crédito especial à
Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no
valor de R\$ 150.500,00 (cento e cinquenta mil
e quinhentos reais).*

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 103/2014-GAG (fls. 267/268), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1849, de 2014, de autoria daquele Poder, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 150.500,00 (cento e cinquenta mil e quinhentos reais)”.

A proposição foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fls. 148/208.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto **veto parcial** ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 35, de autoria do Deputado Agaciel Maia, cujo objetivo era criar o subtítulo “construção da cobertura da quadra de esporte da QE 38 do Guará II”, foi vetado em razão de o crédito ter sido aprovado com regionalização 14 – São Sebastião, o que impossibilita a execução da programação.

Quanto à Emenda nº 41, de autoria do Deputado Doutor Michel, cujo objetivo era criar o subtítulo “apoio à feira agropecuária do Programa de Assentamento Dirigido – PAD-DF”, destinado a fomentar a atividade agropecuária no Núcleo Rural do PAD-DF, houve veto em razão de a classificação programática da iniciativa não ter observado a Função (20), a Subfunção (608) e o Programa (6201) destinados a agregar recursos destinados ao desenvolvimento da atividade rural.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

2

O conteúdo da Emenda nº 27, de autoria da Deputada Arlete Sampaio, foi vetado em razão de a classificação no programa 6010 (*Gestão, Manutenção e Serviços de Estado – Transportes*) não estar de acordo com a destinação dos programas previstos no PPA 2012/2015, já que o objetivo era criar subtítulo "*reforma de prédios e próprios da SEDEST*" e a esta pasta está reservado o programa 6003 (*Gestão, Manutenção e Serviços de Estado – Gestão Pública*).

A Emenda de Plenário nº 1, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi vetada em razão da programação não possuir saldo suficiente para cancelamento. Além disso, a despesa destinada a apoio a entidade assistencial não pertencente ao Complexo Administrativo do GDF, *Lar da Criança Casa de Ismael*, deveria ser alocada na *Ação 9101 – Apoio a entidades sociais*, no programa 6211.

O conteúdo da Emenda nº 58, de autoria do Deputado Rôney Nemer, foi vetado devido a classificação no programa 6001 (*Gestão, Manutenção e Serviços de Estado – Desenvolvimento Econômico*) não estar de acordo com a destinação dos programas previstos no PPA 2012/2015.

A Emenda nº 2, de autoria do Deputado Washington Mesquita, cujo objetivo era criar o subtítulo "*reformas de unidades do sistema socioeducativo*", na *Ação 4223 – manutenção das unidades de atendimento à criança e ao adolescente*, foi vetada por não observar a vedação prevista no art. 24, III, da Lei nº 5.164, de 26 de agosto de 2013 (projeto classificado como atividade).

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Item nº 78: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.885, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais)”.

Vou citar as emendas e vou generalizar como vícios formais, para facilitar o andamento dos trabalhos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	30



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº J, DE 2014 - CCJ

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1885/2014, que abre crédito
suplementar à Lei Orçamentária Anual do
Distrito Federal no valor de R\$ 600.000,00
(seiscentos mil reais).**

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 137/2014–GAG (fls. 458/459), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1885, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 132/225.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 16, de autoria do Deputado Evandro Garla, foi vetado em razão da dotação indicada para cancelamento não possuir saldo suficiente.

O conteúdo da Emenda nº 104, de autoria do Deputado Rôney Nemer, foi vetado em razão de não ter sido possível localizar a programação indicada na unidade orçamentária 16.101 – Secretaria da Cultura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

2

Houve veto à Emenda Aditiva de Plenário nº 97, de autoria do Deputado Wellington Luiz, em razão da incompatibilidade com o Programa 6008 – Desenvolvimento Urbano. A iniciativa proposta pelo parlamentar deveria ser alocada no Programa 6206 – Esportes e Grandes Eventos Esportivos.

A Emenda nº 10, de autoria do Deputado Aylton Gomes, tinha como objetivo dar apoio à “Realização do XI Brasília Motocapital”, mas o Parlamentar comunicou por meio de ofício à Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal, o desinteresse em apoiar tal iniciativa, daí a razão do veto.

O conteúdo da Emenda de Plenário nº 98, de autoria do Deputado Wellington Luiz, foi vetado em razão da incompatibilidade com a ação programática 3047 – Implantação de Espaço Esportivo, já que a mesma se destina a aquisição de equipamentos para laboratórios na Rede Pública de Ensino.

A Emenda de Plenário nº 99, de autoria do Deputado Wellington Luiz, tinha como objetivo criar o subtítulo “Aquisição Equipamentos para Polícia Civil do DF”, porém foi classificado na Ação 1110 – Execução de Obras e Urbanização, cujo produto é medido em metro quadrado, daí a razão do veto.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO

Presidente

*Relator
Dep. Roberto
Negreiros*

DEPUTADO CHICO LEITE

Relator



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Item nº 84: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.920, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais)”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	33



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 - CCS

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1920/2014, que abre crédito especial à
Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no
valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e
oito mil reais).**

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 168/2014–GAG (fls. 178), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1920, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 112/135.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo da Emenda nº 1, de autoria do Deputado Benedito Domingos, em razão da programação indicada para cancelamento, UO 22101, não possuir saldo suficiente.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

relator
Dep. Roberto
Negreiros

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1920 / 2014
FOLHA 226 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 85: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.925, de 2014, do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 75.776,00”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº J , DE 2014 CCJ

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1925/2014, que abre crédito
suplementar à Lei Orçamentária Anual do
Distrito Federal no valor de R\$ 75.776,00
(setenta e cinco mil e setecentos e setenta e
seis reais).**

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 181/2014–GAG (fls. 411/414), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1925, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 75.776,00 (setenta e cinco mil e setecentos e setenta e seis reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 132/226.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 18, de autoria do Deputado Evandro Garia, da Emenda nº 86P, de autoria do Deputado Wellington Luiz, e das Emendas nº 87P e nº 90P, de autoria do Deputado Paulo Roriz, foi vetado em razão da dotação indicada para cancelamento não possuir saldo suficiente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL Nº 1925 / 2014
FOLHA 607 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

2

O conteúdo da Emenda nº 48, de autoria do Deputado Robério Negreiros, da Emenda nº 81, de autoria do Deputado Rôney Nemer e da Emenda nº 89P, de autoria do Deputado Joe Valle, foi vetado em razão da incompatibilidade entre a natureza da despesa "51" com a atividade prevista para as Ações propostas.

As Emendas nº 70 e nº 72, de autoria do Deputado Chico Vigilante, cujos objetivos eram criar subtítulos "08.244.6211.9101.NOVO" na UO 17.101, foram vetadas pois, de acordo com a Decisão nº 3523/2008-TCDF, as ações "9101 – Apoio a Entidades Sociais" deverão ser "operações especiais", sendo incompatível com o subtítulo de projeto, o qual seja possível atribuição de produto.

Houve veto à Emenda de Plenário nº 84P, de autoria do Deputado Wellington Luiz, em razão da inexistência do programa de trabalho indicado paraq receber suplementação.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Relator
Deputado Robério Negreiros
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1925 / 2014
FOLHA 608 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 103: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$75.846,00”.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para proceder à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	38



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT/DF

RELATÓRIO Nº 1, DE 2014 – CCJ

**Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
sobre o VETO PARCIAL oposto ao Projeto de
Lei nº 1.980/2014, que abre crédito adicional
à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal
no valor de R\$ 9.130.916 (nove milhões, cento
e trinta mil, novecentos e dezesseis reais).**

Relator: Deputado Chico Leite

Pela Mensagem nº 270/2014–GAG (fls. 195/197), o Chefe do Poder Executivo comunicou a esta Casa a oposição de **veto parcial** ao Projeto de Lei nº 1.980, de 2014, de autoria daquele Poder, que abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 9.130.916 (nove milhões, cento e trinta mil, novecentos e dezesseis reais).

O Projeto foi aprovado com emendas. Após as modificações, redação final foi acostada às fls. 71/112.

Remetido ao Chefe do Poder Executivo, ao projeto foi oposto veto parcial quanto ao conteúdo de várias emendas parlamentares por razões diversas.

O conteúdo da Emenda nº 10, de autoria do Deputado Agaciel Maia, da Emenda nº 33, de autoria do Deputado Rôney Nemer, das emendas nºs 34, 35 e 36, de autoria do Deputado Professor Israel Batista, da Emenda nº 37, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, e da Emenda nº 39, de autoria do Deputado Benedito Domingos, foi vetado devido à insuficiência de recursos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PL N.º 1980, 2014
FOLHA 283 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

2

O conteúdo da Emenda nº 15, de autoria do Deputado Chico Vigilante, foi vetado em razão da incompatibilidade entre a natureza da despesa com a atividade prevista para a Ação.

Houve veto às Emendas nº 16, 17 e 21, de autoria do Deputado Joe Valle, em razão da inadequação do programa e da ação com o subtítulo. O Programa correto seria 6206 – Esportes e Grandes Eventos Esportivos e a Ação 1745 – Construção de Quadras de Esporte, pois o subtítulo está relacionado ao esporte.

O conteúdo da Emenda nº 38, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, foi vetado parcialmente em razão da incompatibilidade entre a natureza da despesa "44.90.51" do programa de trabalho "15.451.6206.3596.1448" indicada pela Parlamentar e a constante na Lei Orçamentária Anual – LOA.

Eis as informações que julgamos necessárias à deliberação desta Casa sobre o veto parcial em causa.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO
Presidente

DEPUTADO CHICO LEITE
Relator

Relator
Dep. Roberto
Negreiros

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PC N.º 1980, 2014
FOLHA 284 RUBRICA



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 107: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 2.075, de 2014, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$36.578.893,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais).”

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não estou com o projeto original, mas a Assessoria me passou uma cópia em que consta o valor de R\$36.578.893,00 (trinta e seis milhões, quinhentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais). Contudo, foi necessário vetar parte do crédito destinado ao Fundo da Saúde do Distrito Federal no valor de R\$14.500.000,00 (quatorze milhões e quinhentos mil reais) em razão da utilização de saldos indicados como fonte de cancelamento do Decreto nº 36.156, de 18 de dezembro de 2014, em favor da própria unidade orçamentária.

É o relatório.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 46: Apreciação do veto parcial ao Projeto de Lei nº 1.552, de 2013, de autoria do Poder Executivo que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).”

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PMDB. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deste aqui também não estou com os autos originais.

As seguintes emendas possuem vício formal: Emenda nº 1, da Deputada Eliana Pedrosa; Emenda nº 3, Deputado Wasny de Roure; Emendas Aditivas nºs 29, 30, 32, 33, 34, 35 e 39, do Deputado Evandro Garla; Emenda Aditiva nº 2, do Deputado Wasny de Roure; Emendas Aditivas nºs 8, 9 e 10, do Deputado Olair Francisco; Emenda Aditiva nº 12, do Deputado Patrício; Emendas Aditivas nºs 19, 20 e 21, do Deputado Chico Leite; Emendas Aditivas nºs 22 e 23, do Deputado Dr. Michel; Emendas Aditivas nºs 53, 54, 55 e 57, do Deputado Prof. Israel; Emendas Aditivas nºs 1 e 4, do Deputado Wasny de Roure.

Esses são os relatórios, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Os vetos que estão sendo apreciados já foram acordados no Colégio de Líderes.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, como Líder do Governo, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu só oriento a Base a manter o veto. Na verdade, é isso que foi acordado hoje com os Líderes no Colégio. É só manter o veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu não sou da Base, mas estamos aqui, neste momento, em plenário, eu e o Deputado Chico Leite. Portanto, peço ao Deputado Chico Leite que vote pela manutenção do acordo, ou seja, mantendo os vetos, e eu também votarei sim.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Consulto os Líderes para saber se há acordo para votarmos em bloco os vetos parciais.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidenta, o Deputado Ricardo Vale também. O Deputado Wasny de Roure não está porque foi a uma audiência no Ministério do Trabalho. Nós temos acordo para votarmos os vetos em bloco porque eles tratam do mesmo assunto. Portanto, estamos de acordo em votá-los.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão os relatórios. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação dos vetos.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os vetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA

Assessoria de Plenário e Distribuição RELATOR DEP. ROBÉRIO NEGREIROS DATA 24/03/15

REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETOS EM BLOCO



VETOS PARCIAIS À CRÉDITOS ESPECIAIS/SUPLEMENTARES DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO:

- PROJETO DE LEI 1.552/2013: PARTE DOS ANEXOS I, II, III e IV (EMENDAS 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 12, 19, 20, 21, 22, 23, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 39, 53, 54, 55 e 57);
- PROJETO DE LEI 1.800/2014: PARTE DOS ANEXOS I, II, III e IV (EMENDAS 4, 11, 16, 20, 40, 41, 58, 75, 92, 99, 103, 112, 113, 153, 154, 156, 157, 167, 175, 177 e 184);
- PROJETO DE LEI 1.849/2014: PARTE DOS ANEXOS II e IV (EMENDAS 1, 2, 27, 35, 41 e 58);
- PROJETO DE LEI 1.885/2014: PARTE DOS ANEXOS I, II, III e IV (EMENDAS 10 e 16, 97, 98, 99 e 104);
- PROJETO DE LEI 1.920/2014 (EMENDA 1);
- PROJETO DE LEI 1.925/2014 (EMENDAS 18, 48, 70, 72, 81, 84, 86, 87, 89, e 90);
- PROJETO DE LEI 1.980/2014 PARTE DOS ANEXOS II e IV (EMENDAS 10, 15, 16, 17, 21, 33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39);
- PROJETO DE LEI 2.075/2014 PARTE DOS ANEXOS I e II.

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT	X					
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JÚLIO CÉSAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROFESSOR ISRAEL	PV	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNY DE ROURE	PT			X			
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			14		10			

SECRETÁRIO(A) DEPUTADO(A)  JÚLIO CÉSAR

VOTOS "SIM"	14	VETO MANTIDO	X
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	10		
OBSTRUÇÃO			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Total de votantes: 14.

Ficam mantidos os vetos.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 15:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 503, de 2011, de autoria do Deputado Evandro Garla, que “dispõe sobre a proibição de exibição de qualquer conteúdo indutor do estímulo à prática de atos sexuais em logradouros públicos e próprios do Distrito Federal”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 503, de 2011, de autoria do Deputado Evandro Garla, que “dispõe sobre a proibição de propaganda de qualquer conteúdo indutor de estímulo da prática de atos sexuais em logradouros públicos e próprios do Distrito Federal”.

Por certo, o Poder Executivo vetou o projeto completamente sob o argumento de que a proposição trataria de propaganda comercial, sob competência privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Carta Maior.

Essas são as informações para que possamos votar o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui defender a derrubada desse veto a esse projeto de lei, porque esse projeto, primeiro, beneficia a família do Distrito Federal.

Eu tenho duas filhas pequenas. Quando andamos nas ruas do Distrito Federal, vemos estampadas, atrás de ônibus ou até mesmo em *outdoors* do Distrito Federal, mensagens, muitas vezes nem subliminares, que são colocadas em cima das nossas crianças. É um absurdo! Muitas vezes, essas mensagens que são colocadas por alguns estabelecimentos que fomentam a prostituição fomentam também o abuso sexual de crianças.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

Então, quero aqui defender, Sra. Presidente, a derrubada do veto a esse projeto de lei. Que esta Casa promulgue isso como projeto de lei em defesa da família do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Continua em discussão o relatório.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu estou de acordo com a derrubada do veto, mas eu vou falar de outro assunto sobre o qual eu comentava ainda agora com V.Exa.

Eu tenho acompanhado na televisão uma propaganda de uma cerveja, que, se não me falha a memória, Deputada Luzia de Paula, chama-se Itaipava. Aquela propaganda, Deputado Chico Leite, é uma agressão às mulheres.

Eu não sou nenhum moralista. Agora, eu acho que não pode, em hipótese nenhuma, uma bebida que quer consolidar uma marca usar o que eles estão usando. Eles criaram uma personagem, uma modelo chamada Verão. E essa modelo sai com uma roupa que nem dá para dizer que é roupa. Mas o problema é o uso que é feito dessa moça. É de envergonhar. Ele diz: “Vai, Verão!”. Aí ela sai se requebrando toda e, quando chega na barraca, ele diz: “Volta Verão!”. Aquilo é uma depreciação completa, é transformar a mulher em objeto, transformar efetivamente a mulher num simples objeto sexual.

Eu fiquei esperando até hoje que as mulheres falassem, mas eu acho que aquele não é um assunto só das mulheres, é um assunto, acima de tudo, dos homens. Acho que ninguém pode tentar firmar uma marca, tentar vender com uma apelação daquela. Aquilo é mais que um apelo sexual. Aquilo, na verdade, Deputada Luzia de Paula, é a depreciação da figura do ser mulher.

Para você vender um produto, não precisa usar nem homem nem mulher se o produto é bom. Se usa daquele jeito, é porque o produto não presta. Portanto, enquanto a Itaipava não tirar aquela propaganda do ar, eu acho que quem bebe cerveja não deveria tomar Itaipava. É uma vergonha aquela propaganda.

Então, eu quero me posicionar neste debate. Há um conselho que regulamenta a publicidade. Eu não sei por que ainda não exigiram a retirada daquela peça publicitária do ar, porque ela agride, ela é uma vergonha. Ela envergonha o ser humano com o uso indevido que eles fazem do corpo da mulher.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme acordo que tivemos hoje na reunião de Líderes, oriento a bancada a rejeitar o veto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vamos votar pela derrubada do veto.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, permita-me uma observação por dever de lealdade intelectual.

Conversando com o Deputado Chico Vigilante, que é o Líder do nosso partido, eu até observei a S.Exa. que a hipótese realmente se compraz realmente com o Direito Comercial, que não seria de nossa iniciativa, mas é importante para o debate. De maneira que eu já adiantei para o Deputado Chico Vigilante que vou me unir a essa posição no sentido da derrubada. Só por dever de lealdade intelectual, eu acho que é importante expressar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 24/03/15



REGISTRO DE VOTAÇÃO DE VETO

☒ VETO TOTAL ☐ VETO(S) PARCIAL(S) AO(S):

☐ PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☒ PROJETOS DE LEI Nº(S): 503/2011

AUTORIA: DEPUTADO EVANDRO GARLA

☐ Poder Executivo

RELATORIA: CHICO LEITE

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR		X				
	CHICO LEITE	PT		X				
	CHICO VIGILANTE	PT		X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP		X				
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB		X				
	JÚLIO CÉSAR	PRB		X				
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS		X				
	LUZIA DE PAULA	PEN		X				
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		X				
	PROFESSOR ISRAEL	PV		X				
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X				
	RICARDO VALE	PT		X				
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN		X				
	SANDRA FARAJ	SD			X			
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNY DE ROURE	PT			X			
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT		X				
T O T A L				15	9			

SECRETÁRIO(A) DEPUTADO(A) JÚLIO CÉSAR

VOTOS "SIM"	15	VETO MANTIDO	
VOTOS "NÃO"		VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO			
AUSÊNCIAS	9		
OBSTRUÇÃO			



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos contrários. Houve 9 ausências.

Total de votantes: 15.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 316, de 2015, como item extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Consulto os Líderes se há acordo para superamos o sobrestamento dos demais vetos da Ordem do Dia e votarmos as proposições da pauta e os itens extrapauta incluídos na Ordem do Dia, conforme acordo no Colégio de Líderes.

Há acordo? (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura dos itens para votação.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos alguns itens em bloco, pelo processo simbólico, tendo em vista tratarem-se de projetos que incluem datas comemorativas no calendário oficial do Distrito Federal.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir também a inclusão, como item extrapauta, de uma moção que foi lida hoje pelo Deputado Bispo Renato Andrade e que trata da regulamentação da lei que cria o Programa de Acesso aos Pacientes com Epilepsia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço a inclusão da moção do Deputado Bispo Renato Andrade.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 122:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.210, de 2012, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Festa dos Estados Gospel, a ser realizada pela Igreja Evangélica Avivamento Bíblico de Samambaia”.

Item nº 123:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 445, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Feira Internacional de Negócios do Artesanato – Finnar”.

Item nº 124:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 335, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Expogama”.

Item nº 125:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 567, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o encontro Brasília Motocapital”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa dos interstícios regimentais para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.210, de 2012, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Festa dos Estados Gospel, a ser realizada pela Igreja Evangélica Avivamento Bíblico de Samambaia”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 445, de 2011, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Feira Internacional de Negócios do Artesanato – Finnar”.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 335, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal a Expogama”.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 567, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “inclui no calendário oficial de eventos do Distrito Federal o encontro Brasília Motocapital”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à sanção.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, gostaria de, neste momento, até porque vou ter que sair daqui a pouco, parabenizar a Procuradoria Jurídica desta Casa, que, sob a orientação de V.Exa. e seguindo a vontade dos 24 Parlamentares desta Casa, posicionou-se de maneira correta, pela constitucionalidade das leis aprovadas nesta Casa. Fez um belo trabalho a equipe toda da nossa Procuradora. Portanto, ela está de parabéns. Quero aqui deixar de público minhas homenagens e da nossa bancada a ela – creio que sejam as homenagens da Casa, porque é realmente uma peça brilhante, que vai ajudar muito na compreensão dos desembargadores com relação a essas 33 leis que reajustaram salário de servidores –, bem como à Procuradoria Jurídica do Governo do Distrito Federal, que também, de maneira mais tímida, reconhece a questão da legalidade e da constitucionalidade dessas leis.

Portanto, é importante pontuarmos aqui que o Ministério Público do Distrito Federal ficou sozinho nessa discussão. São pareceres abalizados. Não é opinião política desse ou daquele Deputado, até porque não tenho dúvida nenhuma, Sra. Presidenta, de que, se não houvesse sustentação jurídica no que tange à constitucionalidade, a nossa Procuradora não daria o parecer favorável.

Portanto, ela está de parabéns pela compreensão, pela grandeza que teve no sentido de estudar e fazer uma sustentação à altura desta Casa. Este é um momento que orgulha a todos nós: saber que temos uma Procuradoria à altura da Câmara Legislativa, da Capital da República.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

V.Exa. também está de parabéns.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Creio que isto é realmente a vontade de todos os Deputados: defender a legalidade das leis. Agradeço muito à V.Exa. o reconhecimento à nossa Procuradora.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos em bloco os requerimentos e moções, pelo processo nominal. (Pausa.)

Havendo acordo, solicito ao Deputado Raimundo Ribeiro que assuma a Presidência.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Item extrapauta nº 1:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 29, de 2015, do Deputado Wellington Luiz, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os profissionais e voluntários que se dedicam a conscientizar a sociedade sobre o Transtorno do Espectro Autista”.

Item extrapauta nº 2:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 30, de 2015, do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta apoio e solidariedade aos portadores de epilepsia e a seus familiares, no sentido de que se promova a imediata implementação do Programa de Prevenção à Epilepsia e Assistência às Pessoas com Epilepsia no Distrito Federal, em cumprimento à Lei nº 4.202, de 3 de setembro de 2008”.

Item extrapauta nº 3:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 5, de 2015, do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a constituição de comissão especial para investigar e apurar a prática de crimes de pedofilia no Distrito Federal e apontar as causas de impunidade e do aumento do número de casos demonstrados pelos dados e por matérias divulgadas pela imprensa”.

Item extrapauta nº 4:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 316, de 2015, da Deputada Celina Leão e do Deputado Julio Cesar, que “requer a realização de audiência pública no auditório do Centro de Ensino Fundamental nº 4, localizado na Entrequadra 29/33, área especial, Praça 3, Setor Leste, Gama, no dia 27 de março de 2015, às 17h, para debater as questões relativas à Feira dos Goianos do Gama, Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as moções e requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	52



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 24/03/2015



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM: ☐ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☒ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL APROCIADA EM

☐ PARECER: ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ COMISSÕES: ☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CSEG ☐ CESC

☐ CDESCMAT ☐ MESA DIRETORA ☐ COMISSÃO ESPECIAL ☐ CFGTC

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

☐ PROJETO DE LEI Nº(S):

☒ MOÇÃO Nº(S): 29/2015, 30/2015

☒ REQUERIMENTO Nº(S): 5/2015, 316/2015

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

☐ VOTO EM SEPARADO DEPUTADO: ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

☒ AUTORIA: DEPUTADO(A) VÁRIOS DEPUTADOS ☐ Poder Executivo

☐ RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC			X			
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT			X			
	JUAREZÃO	PRTB	X					
	JÚLIO CÉSAR	PRB	X					
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROFESSOR ISRAEL	PV	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB	X					
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAÍ	SD			X			
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNY DE ROURE	PT			X			
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			14		10			

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO(A) JÚLIO CÉSAR



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis. Houve 10 ausências.

Estão aprovados.

As matérias seguem a tramitação regimental.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria só de registrar algo e parabenizar a Igreja Universal do Reino de Deus: ela foi apontada como a quinta instituição com maior prestígio no Brasil, segundo um estudo.

Em pesquisa realizada nos dias 16 e 17 de março, pelo Datafolha, com entrevistados que participaram das manifestações do último domingo na Avenida Paulista, em São Paulo, foi questionado quais instituições têm muito, pouco ou nenhum poder ou capacidade de influência no Brasil. A Igreja Universal do Reino de Deus foi apontada como a quinta instituição de maior prestígio para a população brasileira, com 35% das citações, segundo a pesquisa divulgada no dia 19, com mais prestígio do que o Poder Judiciário, a Presidência da República e os ministérios, os sindicatos dos trabalhadores, o Congresso Nacional e os partidos políticos. A Igreja Universal aparece com 35% das citações, no levantamento.

Eu só queria parabenizar a Igreja Universal.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado.

Eu gostaria de fazer um comunicado: quinta-feira, a nossa sessão será em Ceilândia. Participaremos das comemorações do aniversário da cidade e prestigiaremos os nossos Deputados de Ceilândia: a Deputada Luzia de Paula, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que já levantou a mão, e o Deputado Chico Vigilante, que também é de lá. Realmente a nossa Casa vai até a casa de vocês, à casa de V.Exa., Deputada.

Queremos agradecer ao administrador, que foi muito solícito com o nosso Cerimonial, disponibilizando toda a equipe necessária para que pudéssemos levar a Câmara Legislativa à população do Distrito Federal. Deputada Luzia de Paula, eu também quero parabenizar V.Exa. por essa recepção que tivemos na cidade de Ceilândia.

Convido todos os moradores da cidade a levarem os seus questionamentos, e também os Deputados que tiverem indicações ou projetos de lei voltados à cidade. Quinta-feira é o dia ideal para debatermos essas questões da Ceilândia.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 03 2015	15h50min	20ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

(Levanta-se a sessão às 18h33min.)